

# **CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA PARA UMA EFETIVA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

Renata Lutz Minholi

## **RESUMO**

O artigo tem como objetivo analisar a importância da consolidação dos regimes democráticos na América Latina e sua essencialidade para o processo de integração da região. O MERCOSUL só se concretizou após os países membros se tornarem democracias; este exemplo será utilizado, sendo a inspiração e fonte para uma integração ainda maior e forte: a Integração latino-americana – objeto de estudos deste artigo. A força para a concretização desta integração regional surge a partir da onda de democratização pela qual grande parte dos países da América Latina passou ao final do século XX. Porém, essas democracias ainda não estão consolidadas; esta consolidação se realizando será a base para a final concretização.

Palavras-chave: Democracia; Integração regional; América Latina; Mercosul.

## **RÉSUMÉ**

L'article vise à analyser l'importance de la consolidation des régimes démocratiques en Amérique Latine et son essentialité du processus d'intégration dans la région. MERCOSUR n'a pas eu lieu qu'après les pays membres de devenir des démocraties, cet exemple sera utilisée, étant la source d'inspiration et d'intégration encore plus grande et forte: l'intégration latino-américaine - l'objet d'étude de cet article. Le pouvoir de réaliser cette intégration régionale découle de la vague de démocratisation dans lequel la plupart des pays d'Amérique latine d'oiseaux à la fin du XXe siècle. Mais ce ne sont pas encore démocraties consolidées, ce regroupement aura lieu sera la base pour la mise en œuvre finale.

Mots-clés: démocratie; l'intégration régionale; l'Amérique latine; Mercosur.

## **INTRODUÇÃO**

O êxito dos atuais processos de integração e regionalização econômicos existentes decorrem de uma característica comum: têm como regime político predominante a democracia. O exemplo mais próximo utilizado neste artigo é o do Mercosul. Sua consolidação só foi possível quando seus quatro países originais - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – aderiram ao regime democrático.

O antigo isolacionismo na região e a confrontação estão sendo substituídos por iniciativa de cooperação e entendimento que, vão instaurando, progressivamente, a união dos países latino-americanos. Juntas, essas nações possuem qualidades ímpares - população, recursos naturais e peso político - que, se adequadamente combinadas, colocarão a região entre as principais economias mundiais. Para que, com o desenvolvimento e consolidação da democracia, até hoje vista por muitos olhos como utópica se torne tangível é imprescindível a evolução dos regimes ainda existentes para consolidadas democracia participativas e efetivas.

## **OBJETIVOS**

O objetivo do projeto é analisar o processo de democratização da América Latina e como o desenvolvimento democrático - tanto regionalmente quanto nacionalmente - é essencial para a integração da região latino-americana. As principais questões a serem analisadas englobam a história da integração: tentativas, acordos e sua importância (Mercosul, ALALC, ALADI, etc); analisar casos de reforma política e a evolução da tradição autoritária regional;

## **METODOLOGIA**

Para a concretização deste artigo, foram utilizados os meios da pesquisa e leitura de artigos, teses e livros relacionados com o tema; da pesquisa histórica e constitucional dos países latino-americanos, juntamente com um extenso trabalho de levantamento de informações e pesquisas políticas.

## **1. HISTÓRIA POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA: Da tradição autoritária às lutas populares**

A história dos países da América Latina é marcada pela opressão: pela exploração da Europa quando colônia, pela escravidão, pelo latifúndio, pelo coronelismo, pela dependência externa econômica.

Com o século XX, o cenário latino-americano sofreu mudanças notáveis. Frente à depressão econômica (na década de 1930) e a situação no pós-guerra, a América Latina alcançou uma relativa autonomia com o desenvolvimento de seu parque industrial e da ascensão de sua burguesia. A partir da década de 1950, com a implementação do Modelo de Substituição de Importação, se concretizou mais fortemente a entrada do sistema capitalista na América Latina (mais fortemente no Brasil, Chile e Argentina).

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por golpes e instituições de constituições militares. Durante a década de 1970, na maioria dos países ocorrem convulsões sociais e golpes que aumentam a dependência e subordinação das burguesias nacionais. E, levando assim, na década seguinte, ao surgimento de sinais de descontentamento em relação aos resultados da democratização e das transformações econômicas: foi o início de intensa mobilização popular pelo fim das ditaduras. O período pós-ditadura representou aos latino-americanos forte expectativa pela democracia e surgimento de características como: liberdade de imprensa, fortalecimento do sindicalismo, greves freqüentes e a criação de novos órgãos, novos partidos políticos.

Conforme Welmovick em *América Latina na virada do século: revolução ou colônia*(2001), entre 1980 e 1990 a pobreza piorou como resultado da crise e das políticas de ajuste. O aumento exacerbado de concentração de renda dificultou o funcionamento democrático das sociedades. Outro entrave para a democracia é o crescimento exasperado dos conglomerados econômicos, da polarização social, da dissolução institucional, da corrupção política, da desigualdade dos direitos políticos e da indiferença governamental frente às necessidades da sociedade.

Na segunda metade do século XX, o processo de dolarização da economia foi outro aspecto da recolonização imperialista. A perda da moeda nacional representa a expressão da perda da soberania nacional. Os regimes assumiram o caráter de “democracia colonial”, apesar de politicamente democráticos, são subordinados ao imperialismo. Sustentado por movimentos de resistência, os países latino-americanos estão experimentando a liderança estabelecida por regimes governamentais com objetivo de avançarem rumo ao desenvolvimento político-econômico sólido e equilibrado. (Welmowick).

## **2. CEPAL E AS TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO**

### **2.1. A Cepal**

A Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL - surgiu numa época em que seu próprio objeto de análise, a América Latina, era um conceito em construção. Segundo a CEPAL, a integração econômica na região teria outro importante objetivo: o de atenuar a vulnerabilidade externa dos países envolvidos ao possibilitar maiores alternativas de exportações. Tal vulnerabilidade não poderia ser superada dentro de processo de substituições arbitrário que levasse à criação de indústrias pouco eficientes.

O Documento da CEPAL de 1994, mostra uma posição da Comissão que difere da posição defendida na década de 1950, ele utiliza o conceito de "Regionalismo Aberto", definido como um processo de integração que tem como objetivo: "... fazer da integração um alicerce que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente..." (CEPAL, 1994, p.945). Em suma, o Regionalismo Aberto pode ser entendido como uma estratégia de se buscar uma maior eficiência econômica a partir da integração regional, tendo como objetivo melhorar a posição da região no novo contexto econômico internacional, caracterizado pelas intenções no sentido de se buscar um comércio mais livre.

### **2.2. Tentativas de integração e o Mercosul**

Na década de 1950, a CEPAL buscava estabelecer um modelo para que os países se alcançassem o desenvolvimento – econômico, social, etc – os Estados

concordaram então que, só por meio de uma ajuda mútua é que poderiam pensar efetivamente em desenvolvimento. Assim, criaram, para esse fim, duas organizações internacionais. Primeiramente, foi criada Associação Latino-Americana de Livre Comércio, criada pelo Tratado de Montevidéu de 1960, que inicialmente contou com a participação da Argentina, Brasil, Chile, Peru, Paraguai, México e Uruguai. Depois, aderiram ao bloco Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia. A idéia da ALALC era ampliar o comércio interno regional, estabelecendo o protecionismo no bloco, mas as disparidades existentes entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos não foram levadas em consideração, assim como a predominância dos interesses particulares e/ou nacionais sobre os interesses regionais, culminando no insucesso da associação.

Posteriormente, já com a ALALC como experiência, foi criada a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1980. Com um caráter bem mais flexível, proporcionou a formação de blocos abrangendo regiões geográficas menores, aproveitando o renascimento da democracia em vários países da região. Os objetivos da ALADI a longo prazo eram o estabelecimento, de forma gradual e progressiva, de um mercado latino-americano, além da promoção e regulação do comércio recíproco, a complementação econômica, e o desenvolvimento das ações de cooperação econômica que acarretem a ampliação dos mercados. A associação existe até hoje e serviu de fonte de regras para o Mercosul e a CAN – Comunidade Andina das Nações.

Todas estas idéias parecem estar presentes no processo de criação do Mercosul.

O MERCOSUL foi criado em 1991, mas só entrou em vigor em 1995, quando foram oficialmente quebradas as barreiras alfandegárias. Contendo quatro membros Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, o MERCOSUL assume, hoje, o caráter de União Aduaneira, mas seu fim último é constituir-se em verdadeiro Mercado Comum. O artigo 1º do Tratado de Assunção, o MERCOSUL diz que

*A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países...; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais.*

*... assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.*

### **3. PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO**

A partir da segunda metade dos anos 1980 o número de países com regimes democráticos superou o de países com regime autoritário. O neoliberalismo foi adotado por muitos países latino-americanos, gerando grande expectativa para a América Latina, que estava em busca de estabilidade política e consolidação da economia. Mas nesse mesmo período iniciou-se uma grande resistência social. Entretanto, esta crescente presença de oposição ao neoliberalismo não conseguiu frear a quebra econômica de países como Brasil, Chile, Colômbia, etc.

O século XXI revela um domínio curioso de regimes governamentais chamados de esquerda nos principais países do sub-continente latino-americano, como o Brasil, a Venezuela, a Argentina, a Equador, a Bolívia, a Nicarágua, El Salvador e Uruguai. Esta preferência está ligada, muitas vezes, a um forte desgaste nos partidos políticos tradicionais, ditos de direita. O neoliberalismo somou-se à democracia e abriu espaço para um crescimento muito freqüente de movimentos sociais. A resistência popular passou a fazer parte de maneira mais presente na história da América Latina.

A Argentina e a Venezuela, que mais tarde viriam a enfrentar instabilidade democrática, estiveram, de acordo com Perry Anderson (em “Balanço do neoliberalismo”), na linha de frente da onda de reformas neoliberais na América Latina a partir das posses, respectivamente, de Carlos Menem e Carlos Andrés Pérez em 1989. O segundo, porém, sofreu mais resistências políticas para a implementação das medidas, já que não contou com o antecedente de uma hiperinflação.

Iniciados os anos 2000, a América Latina viu o começo de um período de instabilidade democrática logo no primeiro mês de 2000, com um golpe no Equador. No mesmo ano, houve uma tentativa no Paraguai. A partir de 2001, então, já no

século XXI, ocorreram quedas de presidente na Argentina, na Venezuela (durando apenas alguns dias), na Bolívia, no Haiti e novamente no Equador. Transcorrida mais de uma década desde o final do último ciclo de regimes militares na América Latina e, superados os períodos de transição na maior parte dos casos, as democracias políticas da região ainda não podem ser consideradas estáveis. Além dos resquícios golpistas e autoritários de suas elites política e econômica e de seus militares, hoje a população se tornou mais um dos juízes que podem decidir pela queda ou não dos presidentes latino-americanos.

Um exemplo bem-sucedido é o do Chile, onde a combinação de sistema multipartidário e gestão conjunta, com a vantagem de que o IDH chileno é o segundo melhor entre as nações sul-americanas, têm resultado igualmente em segurança para a ordem democrática.

André Franco Montoro em *Transição política na América Latina: de regimes autoritários a democracias ainda não consolidadas*, afirma que a tendência atual é a consolidação da democracia em todo o continente, o surgimento de governos mais participativos, com o poder menos centralizado e aberto para debates. No entanto, alguns riscos persistem, principalmente pelos grandes problemas sociais existentes, como desemprego e a miséria, pela desmoralização dos poderes e a pequena participação da população na vida política.

Nos casos do Brasil e da Argentina, o surgimento e crescimento de inúmeros blocos econômicos impuseram a união de esforços como forma de combinar diversos elementos, dentre os quais, população, recursos naturais, e peso político para a busca do crescimento comum. O militarismo e o isolacionismo extremo foram, aos poucos, sendo considerados obsoletos. Estes fatores contribuíram para que os países deixassem de ser inimigos em potencial e passassem a ser encarados como aliados, buscando novas formas de inserção econômica.

O objetivo do processo de integração era a criação de um lastro de interesses que promoveria não só o intercâmbio comercial e a integração das duas economias, mas também sustentasse as reformas que permitissem a estabilização econômica

nos dois países e estimulasse a integração intra-setorial. Como se verifica a partir de acordos, a democracia tem sido considerada como condição indispensável à integração, de maneira que a ruptura na ordem constitucional em qualquer um dos países traria consequências para o desenvolvimento de todo o processo integracionista. (Montoro).

#### **4 REFORMA POLITICA**

Um subconjunto das mudanças ocorridas na América Latina nas últimas décadas foram as reformas nos sistemas eleitorais. Ocorreram alterações na forma de eleição do presidente e/ou na duração do mandato. Em alguns países a reeleição passou a ser admitida, e eleições diretas para governadores e prefeitos foram introduzidas. No que tange ao Poder Legislativo, alguns países transitaram do bicameralismo para o unicameralismo, extinguindo o Senado. Outros modificaram o número de membros e o processo de composição do Senado e convocaram Constituintes.

Uma reforma eleitoral é um tipo de investimento de longo prazo, o que torna mais difícil o controle do processo e aumenta a chance de que sejam produzidas consequências não intencionais. A experiência recente das democracias consolidadas fornece exemplos de reformas eleitorais cujos objetivos foram plenamente alcançados e outras onde o fracasso foi retumbante.

No que diz respeito ao sistema eleitoral, as principais modificações introduzidas na Venezuela por Chávez a partir do final da década de 1990 foram: a formação de uma câmara única; a redução do número de membros do Congresso Nacional; a elevação da duração do mandato presidencial de cinco para seis anos; a introdução da reeleição.

Na Bolívia, o processo de reforma política teve seu momento decisivo em 1994. Foi apresentado o *Plan de Todos*, que incluía em sua “agenda política” uma série de mudanças no sistema político e eleitoral: ampliação do mandato, introdução de leis diretas, sistema eleitoral misto. Enquanto os proponentes das reformas pretendiam:



aumentar a representatividade do sistema político através da introdução de deputados eleitos em distritos uninominais; reduzir a fragmentação partidária por meio da cláusula de barreira; descentralizar o processo político. As tensões acumuladas ao longo dos anos 1980 e 1990 fizeram com que o multipartidarismo moderado boliviano entrasse em crise, levando de roldão a estabilidade política e o otimismo dos reformadores. Em 2005, Evo Morales é eleito e implanta, assim, algumas medidas: a Assembleia Plurinacional, sucessora do antigo Congresso, aprovou no primeiro semestre de trabalho, quatro leis de reforma radical dos poderes judicial e eleitoral (juntamente com a lei de autonomias promulgada em Julho deste ano; com uma nova Constituição, ficou confirmado o acesso privilegiado de representantes indígenas aos poderes legislativo, judicial e eleitoral, revertendo à democracia, completando um primeiro ciclo de reformas estruturais na Bolívia.

O Chile é o caso de maior estabilidade institucional em toda a América do Sul. De 1989, ano que marca a eleição do primeiro presidente após a ditadura do General Pinochet, até 2005, o sistema eleitoral chileno havia passado por apenas duas modificações dignas de registro, ambas por ocasião do processo de redemocratização: o aumento do número de senadores eleitos e a diminuição do mandato presidencial de oito para seis anos. Quanto ao sistema eleitoral, não houve acordo para que fosse modificado, assentado em distritos binominais. Dessa forma puderam ser realizadas duas alterações: a redução do mandato presidencial de seis para quatro anos; e a extinção das vagas reservadas aos senadores designados ou vitalícios. (Carlos Melo).

#### **4. A INTEGRAÇÃO E A REGIÃO**

Conforme Marta Vázquez, a consolidação da independência levou ao surgimento no século XIX dois tipos de modelos de integração: o modelo de Bolívar ou Latinoamericanista e Panamericano ou anglo-saxão. O processo de integração em curso, em toda a América, é, portanto, produto histórico da relação contraditória entre os conceitos de geopolítica sobre a integração. O século XIX foi caracterizado pela necessidade de formar Estados nacionais independentes, estabelecer sua soberania. Adequar um governo e um mercado dentro de um território autônomo,

com fronteiras bem definidas gerou um ambiente político e social que não permitia a criação de unidades supranacionais sem primeiro terem suas nações consolidadas.

A necessária afirmação da soberania, em detrimento do projeto bolivariano, não só quebrou o ideal de unidade, mas levou a muitos confrontos de fronteira entre os países da região. Ao longo do século XX, em alguns momentos, tentaram ativar os dois projetos, mas as circunstâncias históricas não permitiram o desenvolvimento. A tentativa bolivariana foi tentada entre os anos 1950 e 1980.

Neste século, a importância da unidade supranacional foi novamente levantada, dada as naturezas do capital globalizado e da regionalização, como o panamericanismo e o bolivarismo. Hoje, ambos os projetos tendem a se adaptar às circunstâncias atuais. Pode-se dizer que eles são diferentes: um buscando a unidade da América Latina e Caribe e outro, a unidade do continente. Apesar dos projetos serem diferentes na origem, hoje há três características que justificam o termo *neo* aplicado a ambos: a) a abertura ao capital internacional, b) a aceitação das regras de indústrias e corporações transnacionais e c) formam um bloco continental.

Desde 1960, com a CEPAL, aparecem fases de esquemas de integração: ALALC (1960), Mercado Comum Centro Americano (MCCA - 1960), o Grupo Andino (1969), o Pacto Andino que, mudou em 1997 para a Comunidade Andina das Nações e a Comunidade do Caribe, Caricom (1973). A ALADI foi um esforço para resgatar políticas integracionistas. Durante seus primeiros anos, os sistemas foram apoiados por Estados da América Latina e as instâncias foram criadas para apoiar estes sistemas (como o Inter-American Development Bank, IDB - American Economic System Latin, SELA e da CEPAL). O projeto regido pelos Estados Unidos foi gradualmente reforçando sua vocação hegemônica.

Montoro novamente em *Transição política na América Latina: de regimes autoritários a democracias ainda não consolidadas*, destaca:

A passagem do "paternalismo governamental" para a "participação organizada da população" no processo de desenvolvimento e na solução de problemas coletivos é considerada exigência essencial da democracia... Por isso, a

substituição do "centralismo" pela "descentralização" e do "autoritarismo" pela "participação" organizada da comunidade torna-se fator insubstituível do desenvolvimento real e bem-estar social.

Além disso, segundo ele, as democracias latino-americanas tomam consciência de que devem ter acentuado conteúdo social, precisando corrigir as graves desigualdades e injustiças sociais, dando prioridade ao atendimento das necessidades básicas da população. É cada vez mais claro que a democracia deve ser verdadeiramente pluralista: com o respeito às opiniões e pensamentos divergentes e o reconhecimento da multiplicidade de organizações, interesses e forças da sociedade. O instrumento da democracia é o diálogo, o entendimento, a abertura. Em lugar da imposição de uma solução centralizada e única para os problemas da economia, da cultura e da sociedade em geral, o pluralismo abre perspectivas para soluções diferenciadas e para a participação de todos os agentes públicos ou privados, nacionais ou internacionais, que possam trazer contribuição positiva para o desenvolvimento do país.

Montoro afirma ainda: "A Constituição do Brasil de 1988 declara expressamente que um dos "objetivos fundamentais" do País é "construir uma sociedade livre, justa e solidária". E dispõe que "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de Nações". De forma semelhante dispõem as novas constituições dos demais países da América Latina". Essa realidade não será uma dádiva dos poderosos, mas a conquista dos que souberem lutar pelo respeito à dignidade de todos os homens, isto é, pela justiça e pela liberdade.

## **RESULTADOS**

Analisando-se a história da América Latina é notável a evolução – política, econômica, etc – de cada nação. Essa evolução caminha hoje para uma efetiva integração regional (englobando aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais). Para tanto, é nítido o imperativo do enfrentamento dos problemas cuja solução deve ser encarada de forma coletiva, como o bom aproveitamento dos recursos, a dívida

externa, o comportamento frente os países já desenvolvidos, etc. Exemplos internos como as reformas promovidas por muitos governos latinos e a formação e sucesso de blocos regionais (Mercosul, por exemplo), dão a confirmação necessária para a certeza do futuro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O pressuposto-base para a concretização da integração latino americana é a consolidação das democracias regionais, tomado exemplos de outros blocos regionais como União Europeia e, mais proximamente, o Mercosul, o regime democrático necessita se tornar predominante para o êxito dos países.

Após análise, a democracia mostrou-se imprescindível para um processo eficaz no desenvolvimento de blocos econômicos, de acordos e também para uma real integração entre Estados. Com a consolidação do regime democrático nos países latino-americanos, a integração tornar-se-ia mais real e efetiva.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In Sader, Emir e Gentili, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Os países do Mercosul estão consolidando uma tradição democrática. Entrevista. *In*. Boletim Mercosul, Janeiro/2000, Número 16, p. 3. Escola Sul da CUT, Florianópolis.

BOTELHO, João Carlos Amoroso. A instabilidade democrática na América Latina do século XXI: os casos da Argentina e da Venezuela. p. 333-343, jun. 2006.

CEPAL (1959). A Significação do Mercado Comum no Desenvolvimento Econômico da América Latina. In Bielschowsky, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000.

CEPAL (1994). O Regionalismo Aberto na América Latina e no Caribe: A Integração Econômica a Serviço da Transformação Produtiva com Equidade. In Bielschowsky,

Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Conselho Federal de Economia.

Constituição da República Federativa do Brasil, art. 4º, Parágrafo Único.

CATARIN, Cristiano. A Vez da esquerda na América Latina.

MELO, Carlos Ranulfo. Reforma Política em Perspectiva Comparada na América do Sul.

MOISÉS, José e SADEK, Maria. *Perspectiva de Consolidação da Democracia na América Latina*. In. São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE, volume 9, nº 1, jan-mar/1995. p. 169-177. p. 172)

MONTORO, André Franco. Transição política na América Latina: de regimes autoritários a democracias ainda não consolidadas. In. Boletim de Integração Latino-Americana. Número 15, outubro/dezembro de 1994, Brasília.

. Integración, democracia y desarrollo. In Integración y democracia, descentralización y reforma constitucional. Bolívia, EDOBOL, 1988. pp. 71-80.

. Perspectivas de integração da América Latina. São Paulo, ILAM, 1993. 47p.

Protocolo de Ushuaia, art. 5º, segunda parte.

SEITENFUS, Ricardo. *A cooperação argentino-brasileira: significado e perspectivas*. In. Lua Nova – Revista de Cultura e Política. Agosto 1989, nº 18. São Paulo: Centro de Estudos da Cultura Contemporânea. p. 107-126. p. 114.

VÁZQUEZ, Marta G. Loza. El Integracionismo em América Latina: Neobolivarismo y Neopanamericanismo .

WELMOVICK, José. América Latina na virada do século: revolução ou colônia: In: Marxismo Vivo ( outubro 2000 / janeiro 2001) Revista do Koorkom N.